

Texto para Discussão Nº 51 - Agosto 2011

Discussion Paper No. 51 - August 2011

**A Desigualdade de Renda de 1995 a 2009 e
Tendências Recentes**

Sergei Soares - IPEA

Resumo

Este texto tem dois objetivos simultâneos. O primeiro é usar a decomposição fatorial da renda das Pnads de 1995 a 2009 para analisar a evolução da desigualdade neste últimos 14 anos. O segundo é usar tanto a Pnad como a PME para analisar se a crise financeira internacional teve fortes consequências sobre o processo de redução da desigualdade no Brasil.

As conclusões sobre o longo prazo são que mudanças na progressividade das transferências governamentais foram responsáveis por algo como um terço da queda da desigualdade. Dentro das transferências, o inovador Bolsa Família, as transferências indexadas ao salário mínimo e a redução da concentração das transferências previdenciárias foram fundamentais. Dois-terços da redução da desigualdade se devem ao mercado de trabalho. Destes, um quarto se deve ao salário mínimo, mas a fonte do restante ainda é desconhecida.

Quanto ao curto prazo, a principal conclusão é que a desigualdade continua sua queda em 2009, e provavelmente em 2010 e 2011. O ritmo da queda da desigualdade caiu levemente durante a crise, provavelmente devido a um aumento temporário do desemprego, embora é quase certo que tenha se recuperado após a mesma.

Abstract

This text has has two simultaneous objectives. The first is to use decomposition by factor components of household income according to the annual Pnad household surveys from 1995 to 2009 to analyze the evolution of inequality over the last 14 years. The second is to use both the Pnad and the monthly employment survey to see whether the international financial crisis had significant effects on inequality reduction in Brazil.

The main long-run conclusions are that changes in progressivity of public transfers were responsible for a third of the reduction in inequality. The most relevant transfers were the Bolsa Família, transfers indexed to the minimum wage, and social security transfers. The remaining two-thirds are due to the labor market. Of these, a quarter is due to increasing minimum wage, but the sources of the remaining three-quarters are unknown.

In the short run, the main conclusion is that inequality continues continued its fall in 2009, and probably in 2010 and 2011. The pace at which it falls slowed down during to the crisis, probably due to the temporary increase in unemployment, although it almost surely recovered after the end of the slowdown.

A Desigualdade de Renda de 1995 a 2009 e Tendências Recentes

Sergei Soares

A distribuição de renda inclui todas as rendas de todas as pessoas, o que faz possíveis inúmeras análises e abordagens. O cerne da análise deste texto é a análise e decomposição por fatores da queda da desigualdade de 1995 a 2009, com alguma ênfase nos doze meses entre setembro de 2008 e de 2009 e uma tentativa limitada e incompleta de auferir se a queda da desigualdade continua depois de setembro de 2009.

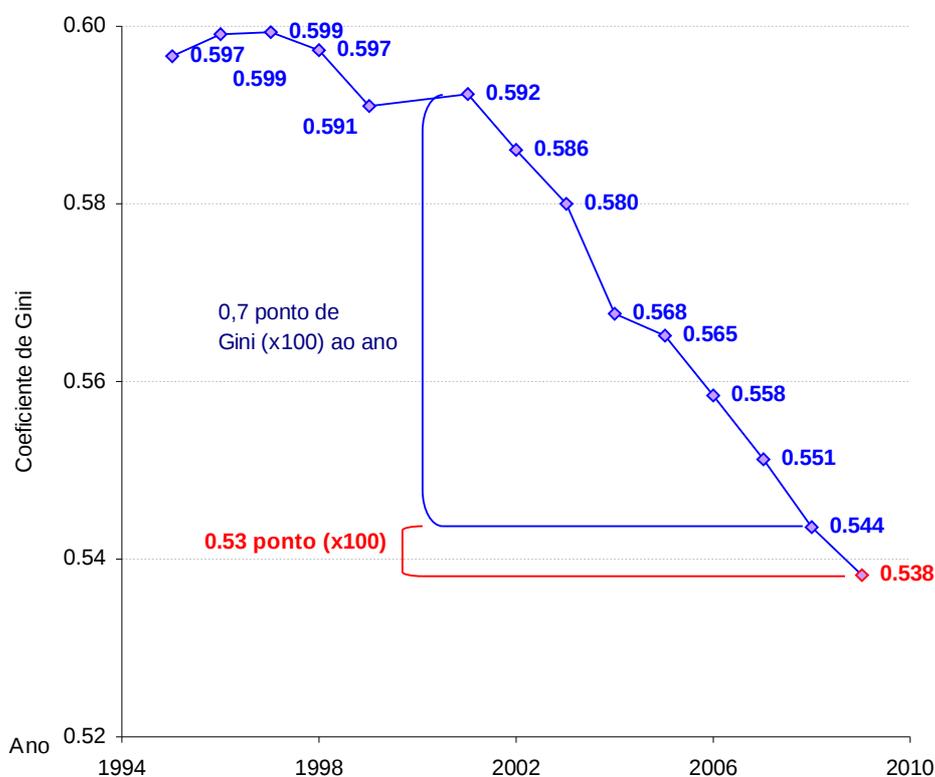
Por que setembro de 2009 é um delimitador tão relevante? Por duas razões. A primeira é que 2010 foi um ano censitário e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística levou adiante o imenso esforço de contar todas as pessoas no Brasil e analisar as condições socioeconômicas de uma amostra de vários milhões de pessoas. Por razões inteiramente compreensíveis, o IBGE não leva a campo um Censo Demográfico e uma Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) no mesmo ano. Dado que a Pnad é a fonte de dados da maioria das análises sobre distribuição de renda no Brasil, não há como continuar a análise em 2010. Os dados da Pnad 2011 estarão disponíveis apenas em setembro de 2012, o que quer dizer que não há fonte de dados para analisar a em detalhe o que ocorreu com a distribuição de renda até aquela data.

A segunda razão é que a própria Pnad vai mudar. A partir de setembro de 2011, uma nova Pnad, com esquema amostral novo e melhorado, questionário diferente e um painel rotativo de domicílios, irá a campo. Apesar de uma Pnad antiga ir a campo simultaneamente, todas as atenções estarão sobre a nova Pnad Contínua.

A Queda da Desigualdade Continua?

O Gráfico 1 mostra que a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita iniciada de 2001 para 2002 continua em 2009. No entanto, a evolução do Coeficiente de Gini mostra que o ritmo desta queda se reduziu levemente. De 2001 a 2008, a desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini caiu em média 0,70 ponto de Gini (x100) ao ano. Já de 2008 a 2009 a desigualdade caiu um pouco menos: 0,53 ponto.

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini: 1995 a 2009



Fonte: Pnad Micro dados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Esta redução é uma flutuação estatística, algo natural ou o início de uma tendência preocupante? O dado exposto no Gráfico 1 não nos fornece elementos para fazer tal julgamento. Para tanto, é necessário ver a anatomia da queda na desigualdade.

Decomposição Fatorial da Queda da Desigualdade: 1995 a 2009

Felizmente, uma decomposição da desigualdade por fonte de renda não é difícil. Para tanto, basta saber o Coeficiente de Concentração (ver anexo) e o peso de cada renda na renda total. A fórmula a seguir mostra como mudanças nos Coeficientes de Concentração estão relacionadas às mudanças na desigualdade geral¹.

$$\Delta G = \sum_k [\bar{\mu}_k \Delta C_k + (\bar{C}_k - \bar{G}) \Delta \mu_k]$$

A fórmula acima mostra que uma diminuição da concentração de *qualquer* renda contribui para aumentar a igualdade, assim como um aumento no peso de uma renda *menos* concentrada que o Gini. Inversamente, um aumento na concentração de qualquer renda contribui para aumentar a desigualdade e um aumento no peso de uma renda *mais* concentrada que o Gini também.

Neste trabalho, a decomposição fatorial da renda domiciliar per capita será a seguinte:

¹ As definições de Coeficiente de Gini e de Concentração encontram-se no anexo.

1. Renda do trabalho, que pode ser subdividida em renda do trabalho indexada ao salário mínimo e as demais rendas do trabalho.
2. Renda da previdência, que pode ser subdividida naquela que é indexada a um salário mínimo e aquela que não é igual a um salário mínimo de setembro daquele ano.
3. Renda dos programas transferência de renda focalizados, que pode ser subdividida em renda do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
4. Demais rendas, categoria residual que inclui a mal-medida renda do capital na Pnad, transferências de outros domicílios, rendas pouco relevantes como o Abono-Permanência e quaisquer outras rendas que não caem nas demais categorias.

Antes de fazer as decomposições muito pode ser aprendendo simplesmente analisando o comportamento de cada fonte de renda. Comece-se com os Coeficientes de Concentração para depois comentar o peso de cada fonte de renda e, finalmente, a contribuição de cada uma para a desigualdade.

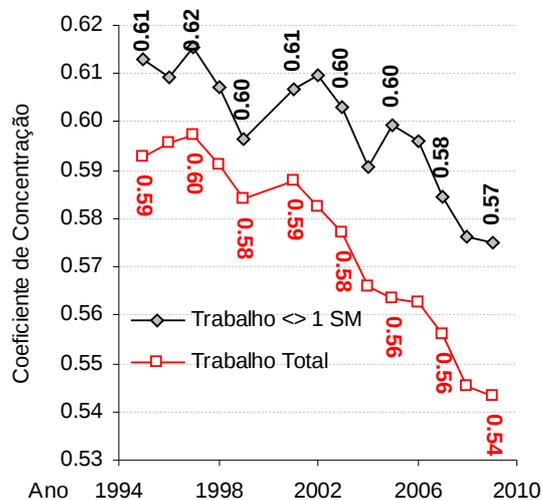
No caso da renda do trabalho e da previdência, mostra-se sempre o Coeficiente de Concentração da renda do trabalho e previdenciária total, além daqueles calculados a partir das rendas indexadas e não indexadas ao salário mínimo.

O Paine 1 mostra que a desconcentração da renda do trabalho como um todo começa a partir de 1997 e segue quase de modo linear até 2009. Seu Coeficiente de Concentração em 2009 era 5,4 pontos (x100) menor que em 1997. As possíveis causas desta desconcentração vão desde causas demográficas como convergência no tamanho das famílias e melhorias educacionais até políticas como a valorização do salário mínimo.

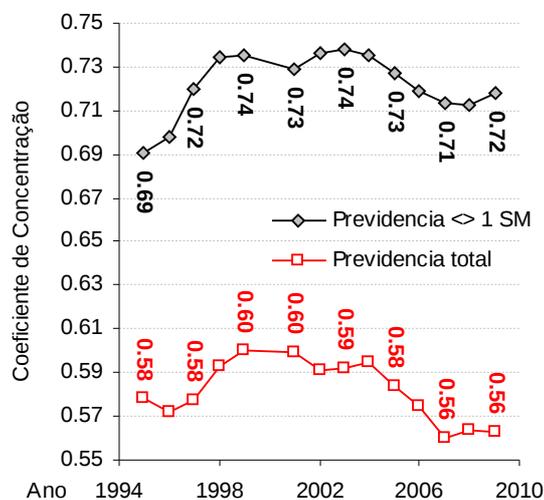
A concentração da renda do trabalho não indexada ao salário mínimo diminuiu bem menos que a da renda do trabalho como um todo. Isso é consequência matemática da divisão da renda do trabalho em indexada e não-indexada ao mínimo e do aumento do salário mínimo. Mas mesmo a concentração da Renda do Trabalho não indexada ao salário caiu quatro pontos (x100) de 1997 a 2009.

Gráfico 2 – Coeficientes de Concentração: 1995 a 2009

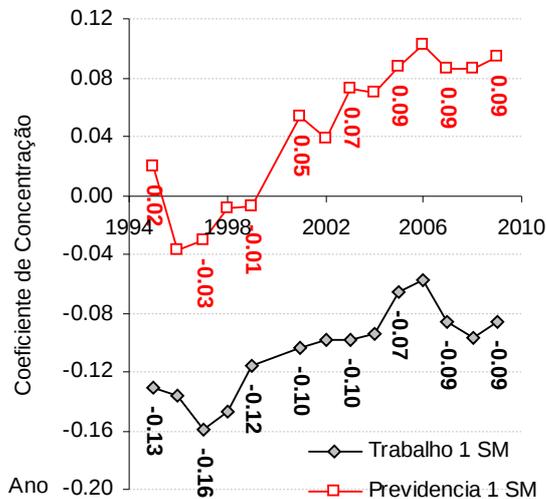
Paine 1: Renda do Trabalho



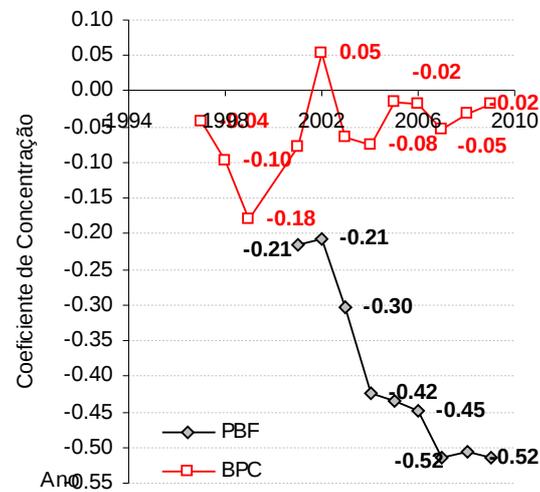
Paine 2: Renda da Previdência



Painel 3: Indexados ao SM



Painel 4: Focalizados



Fonte: Pnad Micro dados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

As aposentadorias e pensões dos diversos sistemas da previdência pública contam outra história. O Painel 2 mostra que a renda da previdência total se concentrou de 1995 a 1999, ficou mais ou menos estável até 2003 e só começou a remar em direção à igualdade apenas a partir de 2004. A dinâmica da concentração da previdência é mais complexa que a da renda do trabalho, mas tem relação com a alta regressividade das aposentadorias e pensões não indexadas ao salário mínimo, cujo Coeficiente de Concentração (x100) atingiu quase 74 em 2003.

O Painel 3 mostra os Coeficientes de Concentração das rendas do trabalho e da previdência social indexadas ao salário mínimo. Ambos aumentam no tempo, o que uma consequência matemática do aumento do valor do Salário Mínimo. No entanto, os valores dos Coeficientes de Concentração para rendas indexadas ao mínimo são bem inferiores aos demais observados até agora. Enquanto os Coeficientes de Concentração do trabalho e previdência não-indexados variam de quase 74 a 54, a concentração das rendas do trabalho e previdência indexadas ao mínimo situa-se em 9 e -9 pontos de Gini (x100), respectivamente. São justamente estes Coeficientes de Concentração progressivos que levam ao poder distributivo destas rendas.

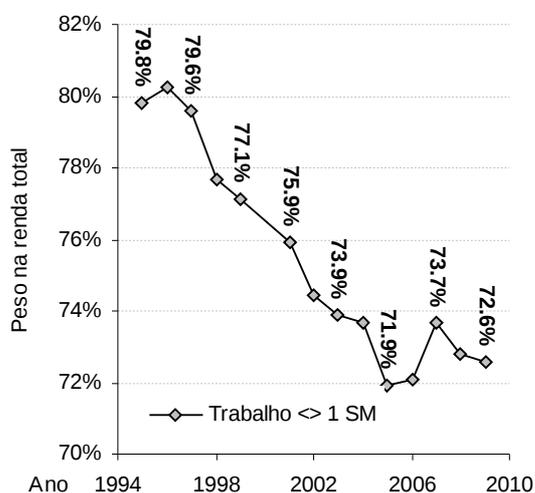
Finalmente, há as transferências focalizadas: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). A Concentração do BPC fica próxima de zero, o que equivale a uma renda distribuída igualmente entre todos; já o PBF é altamente pró-pobre, com coeficientes próximos de - 50. O fato do BPC ser focalizado o leva a ser altamente pró-pobre, mas como o benefício é relativamente elevado, o próprio benefício leva seus beneficiários a subirem muitos centésimo na distribuição de renda, reduzindo sua progressividade. Já o benefício do PBF é relativamente modesto, o que o mantém seu Coeficiente de Concentração altamente progressivo.

Os Coeficientes de Concentração contam apenas metade da história de contribuição de cada fonte de renda. O peso de cada uma na renda total é tão importante quanto sua concentração. Por exemplo, se nos limitarmos aos valores dos Coeficientes de Concentração, a conclusão seria que fontes de renda indexadas ao salário mínimo concentraram renda durante a última década e meia, o que certamente não é verdade. Vejamos o comportamento de cada fonte.

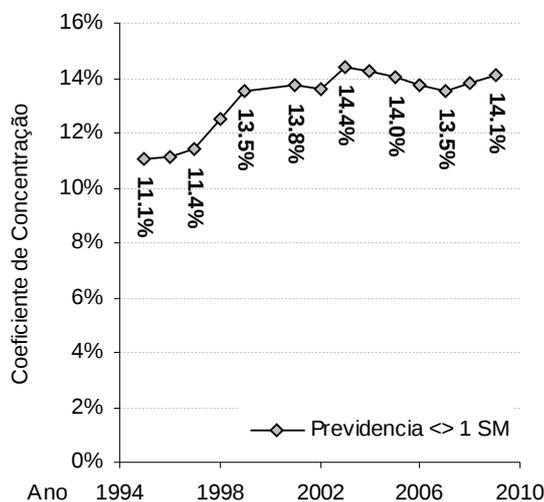
A importância da renda do trabalho (não indexada ao SM) caiu de quase 80% para pouco mais que 72% da renda total ao longo do período, deixando-a ainda como, de longe, a fonte de renda mais importante.

Gráfico 3 – Pesos: 1995 a 2009

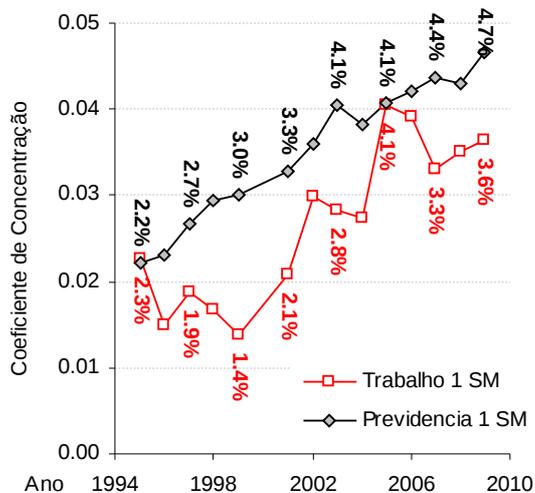
Painel 1: Renda do Trabalho



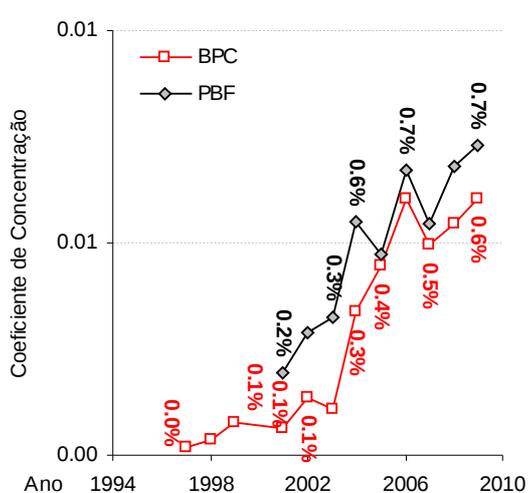
Painel 2: Renda da Previdência



Painel 3: Indexados ao SM



Painel 4: Focalizados



Fonte: Pnad Micro dados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

A renda da previdência não indexada ao mínimo aumentou rapidamente até 2003 de 11% para mais que 14% da renda total, mas depois ficou mais ou menos estabilizada neste valor. Foi justamente o aumento desta regressiva fonte de renda que impediu uma queda no Coeficiente de Gini nos anos noventa, quando a renda do trabalho já começava a desconcentrar-se.

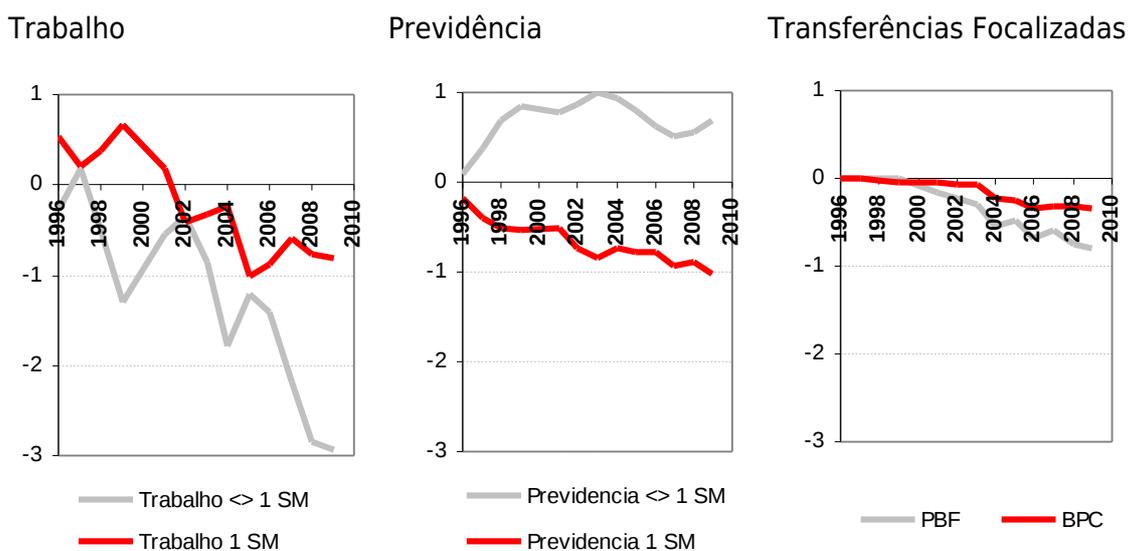
Complementarmente a renda do trabalho indexada ao mínimo aumentou de pouco mais que dois para quase quatro por cento da renda total das famílias; a renda da previdência indexada subiu de pouco mais que dois por cento para mais que cinco por cento da renda total. Dadas que estas são rendas fortemente pró-pobre, os aumentos de seus pesos na renda total foram importantes fatores de distribuição de renda.

Finalmente, o aumento das transferências de renda focalizadas foi expressivo: de zero para algo próximo de 0,7% da renda total tanto para o BPC como o PBF. Continuam, no entanto, rendas muito limitadas, que juntas não chegam a 1,5% da renda das famílias.

Colocando tudo junto, é possível avaliar a contribuição de cada fonte de renda para a redução do Coeficiente de Gini de 1995 a 2009, o que se encontra nos três painéis do Gráfico 4. Os eixos dos três painéis foram colocados na mesma escala para que as contribuições de cada fonte de renda possam ser facilmente comparadas.

O Gráfico 4 deve ser lido de modo um pouco diferente dos anteriores. Nos gráficos 1 a 3, os números se referem a uma medida feita em um dado ano. Por exemplo, no Gráfico 1, o número 0,538 se refere ao Coeficiente de Gini medido *em* 2009. No Gráfico 4, os números representam a contribuição acumulada de uma dada fonte de renda de 1994 até um dado ano. Por exemplo, no Painel 1 a série referente ao trabalho indexado ao Salário Mínimo termina no número - 0,8, indicando que, de 1995 até 2009, esta renda reduziu o Coeficiente de Gini em 0,8 pontos (x100).

Gráfico 4 – Contribuição Acumulada para a Queda da Desigualdade 1995 a 2009



Fonte: Pnad Micro dados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Os três painéis mostram claramente a dominância das rendas do trabalho para a redução da desigualdade. Não chega a ser uma surpresa, dada a predominância destas rendas na renda total. Também é interessante que a contribuição da renda do trabalho, apesar de oscilante, tenha sido quase continua ao longo do período 1995-2009.

Com relação à previdência, o Gráfico 4 confirma o que os anteriores sugeriram: os benefícios indexados ao salário mínimo contribuíram para a redução da desigualdade, mas os demais remaram na direção oposta. A resultante passa a ser distributiva apenas a partir de 2006.

Finalmente, as transferências focalizadas contribuíram de modo secundário para queda da desigualdade. Mas que essa contribuição seja até visível, dada a reduzida importância destas rendas na renda das famílias, não deixa de ser impressionante.

Decomposição Fatorial de 2007 a 2008 e de 2008 a 2009: O Efeito da Crise

Agora já estamos em condição especular de modo um pouco mais informado sobre a aparente desaceleração da queda de 2008 a 2009. A Tabela 1 mostra a contribuição de cada fonte de renda de 2007 a 2008 e de 2008 a 2009. Fica claro que o responsável pela desaceleração foi o mercado de trabalho. De 2007 a 2008, as rendas oriundas do mercado de trabalho levaram a uma queda de 0,81 pontos (x100) de Gini, mas de 2008 a 2009, e mesma foi de apenas 0,15 pontos. Dado que este período coincidiu com a retração temporária do mercado de trabalho causada pela crise financeira, a desaceleração do ritmo de queda da desigualdade não chega a preocupar.

Tabela 1 – Contribuições de 2007 a 2009

Fonte	2007-2008	2008-2009
Trabalho <> 1 SM	-0.643	-0.102
Trabalho 1 SM	-0.169	-0.053
Trabalho	-0.813	-0.155
Previdência <> 1 SM	0.031	0.130
Previdência 1 SM	0.032	-0.131
Previdência	0.063	-0.001
PBF	-0.142	-0.057
BPC	-0.017	-0.026
Transf Focalizadas	-0.159	-0.083
Outras	0.158	-0.298
Total	-0.751	-0.536

Fonte: Pnad Micro dados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Outro resultado interessante é que a previdência indexada ao Salário Mínimo passou a contribuir novamente para a queda da desigualdade, como resultado do aumento expressivo do SM.

Em conclusão, os efeitos da maior crise financeira internacional desde 1929 sobre a distribuição de renda no Brasil certamente foram mais que uma marolinha, mas estão longe de se configurar em uma onda tsunami avassaladora.

Tendências Muito Recentes

Para terminar, analisaremos com os dados disponíveis o que ocorreu com a desigualdade após 2009. Como não há Pnads disponíveis teremos que procurar outra fonte de informações. Uma possibilidade não muito boa é a Pesquisa Mensal de Emprego.

Por que não muito boa? Por que a Pesquisa Mensal de Emprego, além de cobrir apenas as seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, contém apenas dados sobre o rendimento do trabalho. Calcular uma renda domiciliar per capita usando apenas os rendimentos do trabalho é calcular uma estatística de valor muito limitado. O Coeficiente de Gini desta estatística não representa bem-estar, já que todas as rendas de transferências do governo – aposentadorias, pensões, Bolsa Família – estão zeradas. Não se pode sequer afirmar que a omissão situa-se principalmente em uma parte da distribuição de renda uma vez que transferências governamentais são fontes relevantes em todos os décimos de renda. Tampouco se pode argumentar que a mesma é relativamente constante ao longo do tempo uma vez que a análise que acabamos de ver mostrou o quão relevante as mudanças nas transferências têm sido.

Talvez o Coeficiente de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita mais se aproxima de um Coeficiente de Concentração da renda do trabalho mal-calculado que de qualquer outra coisa. Em qualquer caso, é o que tenho então é o que usarei.

O Gráfico 5 mostra então o Coeficiente de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita para as seis regiões metropolitanas da PME.² Duas séries são apresentadas: a série em vermelho inclui domicílio com renda (do trabalho) zero e a em preto apenas domicílios com renda (do trabalho) positiva. Ambas são médias móveis trimestrais para suavizar um pouco as variações sazonais e o ruído amostral.

Também incluído no gráfico foi a duração da crise financeira internacional no Brasil. Seguindo as definições usadas pela Coordenação Geral de Finanças Públicas do IPEA, considera-se que os efeitos da crise sobre o crescimento acabaram no terceiro trimestre de 2009. Escolhi, portanto, a duração da crise como sendo de setembro de 2008 a junho de 2009.

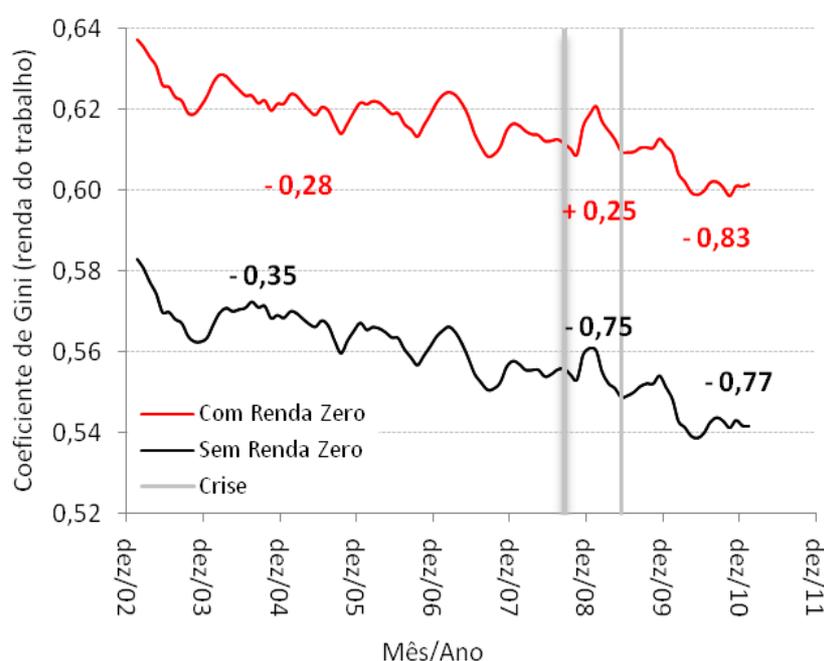
Finalmente, os números próximos das séries mostram a variação média em pontos de Gini (x100) dos valores das mesmas. Cada série conta com três números que representam a variação de janeiro de 2003 a setembro de 2008 (o pré-crise), de outubro de 2008 a junho de 2009 (a crise) e de julho de 2009 a março de 2011 (o pós-crise). Coerente com a cor das séries, os números que se referem à distribuição de renda que inclui domicílios sem renda do trabalho estão em vermelho e os que excluem estes mesmos domicílios estão em preto.

A primeira conclusão é que a desigualdade da renda do trabalho nas regiões metropolitanas continua caindo após a Pnad de 2009. Se este não for um efeito idiossincrático das RMs, então a desigualdade no Brasil também continua em queda.

² Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A segunda conclusão é que a crise parece ter causado, de fato, um pequeno efeito negativo sobre a queda da desigualdade e é provável que o principal instrumento de transmissão tenha sido o desemprego. O ritmo de redução do Gini da distribuição que exclui os domicílios sem renda do trabalho durante a crise até aumentou relativo ao pré-crise. Já no caso da distribuição de renda que inclui as famílias com renda do trabalho zero, a desigualdade até aumentou levemente durante a crise. Em outras palavras, se incluirmos os domicílios onde todos estão desempregados, houve aumento do Gini e se os excluirmos, a redução da desigualdade continuou como se não houvesse crise alguma.

Gráfico 5 – Coeficiente de Gini da Renda Domiciliar per Capita do Trabalho de 2002 a 2011



Fonte: Microdados PME.

A última conclusão é que o pós-crise parece até melhor que o pré-crise. As taxas de redução do Gini são as maiores da série para as duas distribuições.

O que se pode concluir?

Este texto permite algumas conclusões tentativas tanto sobre o longo quanto sobre o curto prazo.

Primeiro, e como já foi dito em vários outros estudos, mudanças na progressividade das transferências governamentais, com especial ênfase ao inovador Bolsa Família, foram responsáveis por algo como um terço da queda da desigualdade. Relevante, mas já amplamente estudado e compreendido.

Talvez um ponto que não tenha sido tão difundido é que as aposentadorias e pensões também contribuíram para a queda na desigualdade, mas isto começa apenas após a reforma do Regime Próprio em 2003.

O reflexo no espelho do terço explicado pelas transferências é que dois terços da queda no Coeficiente de Gini advêm do mercado de trabalho. Destes, quase um quarto se deve ao Salário Mínimo, mostrando que o mesmo teve efeitos distributivos importantes. Contudo, os demais três quartos – ou seja, metade da redução da desigualdade – se deve a fatores no mercado de trabalho que não são o piso salarial.

Talvez a mais importante conclusão do longo prazo é sobre a importância de compreender melhor o que ocorre no mercado de trabalho além do salário mínimo.

No curto prazo, a desigualdade continua sua queda em 2009, e provavelmente em 2010 e 2011.

O ritmo da queda da desigualdade caiu levemente durante a crise, embora provavelmente tenha se recuperado após a mesma. Enquanto de 2005 a 2008 o Coeficiente de Gini caiu em média 0,72 pontos (x100) ao ano, de 2008 a 2009 o mesmo caiu apenas 0,53 pontos.

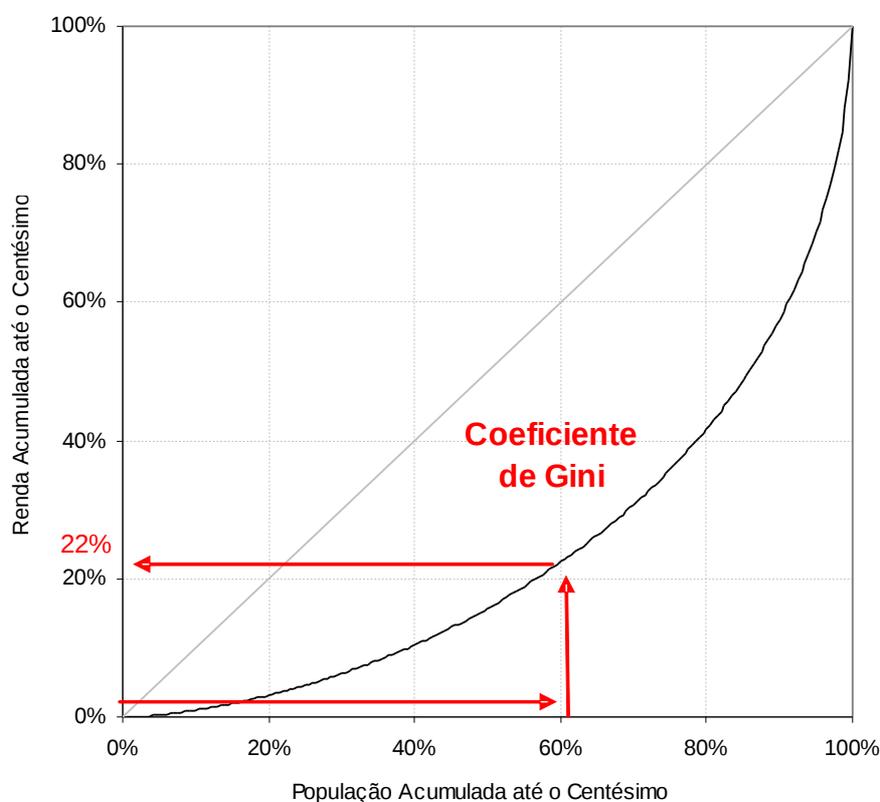
Esta diminuição do ritmo não é preocupante nem indica o início de uma tendência de menor redução da desigualdade. A redução do ritmo foi resultado apenas de um mercado de trabalho negativamente, porém temporariamente, impactado pela crise financeira. As medidas de combate aos efeitos da crise, como o aumento do salário mínimo, parecem ter mitigado os efeitos negativos do mercado de trabalho.

Anexo – Os Coeficientes de Gini e de Concentração

A medida de desigualdade usada neste texto é o Coeficiente de Gini, calculado a partir de Curva de Lorenz. A Curva de Lorenz se desenha ordenando os indivíduos do mais pobre para o mais rico e acumulando no eixo horizontal a população até um dado centil e no eixo vertical a renda detida pela população até aquele centil. O Gráfico A.1 mostra a Curva de Lorenz para o Brasil de 2009.

A Curva de Lorenz mostra a porcentagem da renda detida pelos x% mais pobres da população em questão. Por exemplo, Para o Brasil de 2009, para saber a porcentagem da renda detida pelos 60% mais pobres, segue-se o eixo horizontal até chegar ao percentil 60%, sobe-se até a Curva e lê-se o valor, 22%, no eixo vertical.

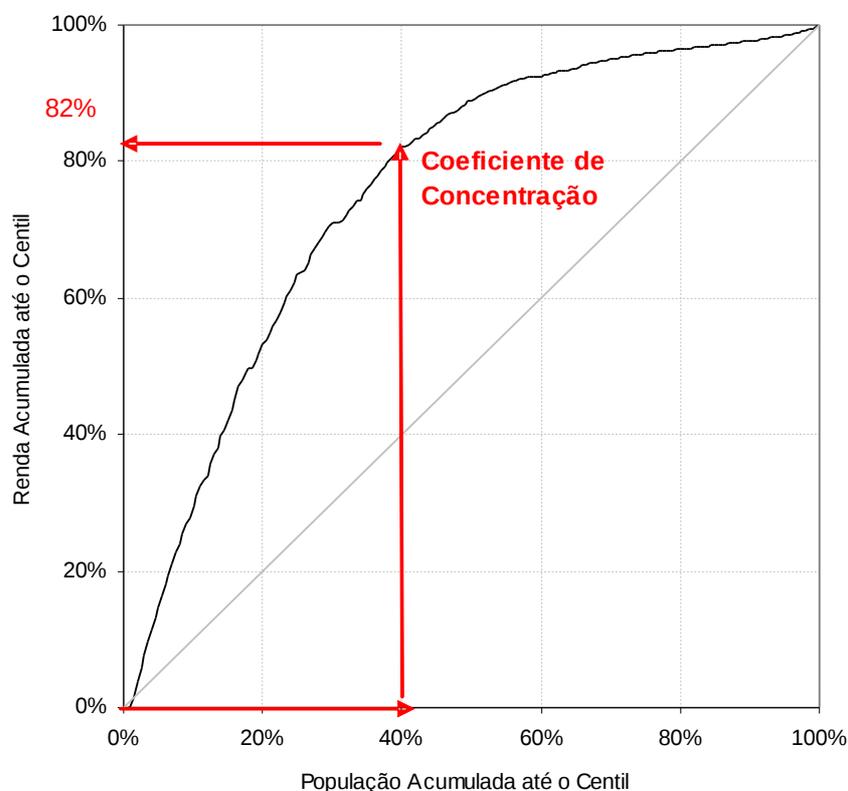
Gráfico A.1 – Curva de Lorenz e Coeficiente de Gini para o Brasil, 2009



O Coeficiente de Gini nada mais é que o dobro do valor da área entre a Curva de Lorenz e a reta ligando os pontos (0%,0%) e (100%, 100%). Qualquer Curva de Lorenz começa no ponto (0%, 0%), já que zero por cento das pessoas vão sempre deter zero por cento da renda, e termina no ponto (100%, 100%), já que sempre a população inteira vai deter a totalidade da renda. Uma Curva de Lorenz que é uma reta entre este dois pontos se chama Reta da Igualdade Perfeita uma vez que corresponde a uma distribuição de renda perfeitamente igualitária. O afastamento de uma dada distribuição de renda da igualdade é medida pelo dobro da área entre sua Curva de Lorenz e a Reta da Igualdade perfeita. Dobra-se o valor para obter um Coeficiente que varie entre 0 e 1 e não entre 0 e $\frac{1}{2}$. Para fins analíticos, chamemos o Coeficiente de Gini de G .

Freqüentemente é possível dividir a renda em diferentes fontes cuja soma é toda a renda – renda do trabalho, de aposentadorias, dos programas de transferência de renda e outras rendas, por exemplo. A condição analítica é que a soma dos pesos das rendas seja a renda total. Ou seja, se μ_k for o peso da renda k na renda total: $\sum \mu_k = 1$. É possível construir uma espécie de Curva de Lorenz, chamada de Curva de Concentração, que indica o grau de progressividade de cada tipo de renda. O procedimento é análogo aquele usado para construir a Curva de Lorenz, mas com uma importante diferença. Ordena-se a população pela *renda total* (e não a renda cuja concentração vai ser medida), acumula-se novamente população no eixo horizontal e renda no eixo vertical.

Gráfico A.2 – Curva e Coeficiente de Concentração para o Bolsa Família, Brasil, 2009



Esta diferença no critério de ordenamento é crucial por que uma Curva de Lorenz sempre estará abaixo da Reta da Igualdade Perfeita, uma vez que nunca os 10% mais pobres (por exemplo) podem deter mais que 10% da renda. Caso contrário, não seriam os 10% mais pobres. Já uma Curva de Concentração pode perfeitamente estar acima da Reta da Igualdade Perfeita uma vez que é perfeitamente possível que os 10% mais pobres tenham qualquer porcentagem (até 100%) de uma dada fonte renda.

O Gráfico A.2 mostra a Curva de Concentração para o Bolsa Família em 2009. Para saber que porcentagem do Bolsa Família estava nas mãos dos 40% mais pobres, segue-se o eixo horizontal até chegar ao centil 40%, sobre-se até a Curva de Concentração e lê-se no eixo vertical a porcentagem de 82%.

Analogamente ao Coeficiente de Gini, o dobro da área entre a Reta da Igualdade Perfeita e a Curva de Concentração se chama o Coeficiente de Concentração, mas com a importante diferença que áreas acima da Reta da Igualdade entram negativamente. É possível, portanto, ter Coeficientes de Concentração negativos se a renda à qual se referem estiver mais que proporcionalmente nas mãos dos mais pobres.